



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4390, DE 2020

Suspende a exigibilidade de contribuições para a Seguridade Social, devidas pelos Municípios, na situação que especifica, em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus (Covid-19).

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

Suspende a exigibilidade de contribuições para a Seguridade Social, devidas pelos Municípios, na situação que especifica, em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus (Covid-19).

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica suspensa a exigibilidade das contribuições previdenciárias de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, devidas pelos Municípios, vencidas durante a emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

**Parágrafo único.** O pagamento das contribuições com exigibilidade suspensa nos termos do *caput* deste artigo será realizado em até 60 (sessenta) parcelas iguais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em janeiro de 2021, nos termos do regulamento.

**Art. 2º** Fica suspensa a exigibilidade da Contribuição para o PIS/PASEP de que tratam o art. 18 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o art. 10 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o art. 11 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, devidas pelos Municípios, vencidas durante a emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

**Parágrafo único.** O pagamento das contribuições com exigibilidade suspensa nos termos do *caput* deste artigo será realizado em até 60 (sessenta) parcelas iguais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em janeiro de 2021, nos termos do regulamento.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/20179.74451-14



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**JUSTIFICAÇÃO**

O Ministério da Economia editou as Portarias nº 139/2020 e 245/2020, que prorrogou o prazo para o recolhimento das contribuições para a Seguridade Social, relativas às competências de março, abril e maio de 2020, em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus, as quais deveriam ser pagas nas competências relativas a julho, setembro e outubro deste ano. As portarias beneficiaram os Estados, Distrito Federal e Municípios que mantêm regime de contratação de pessoal pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Além de se limitar aos meses de março, abril e maio de 2020, as portarias determinam que os pagamentos sejam ainda neste exercício.

Ocorre que a crise econômica decorrente da pandemia tem afetado sensivelmente a capacidade de financiamento das prefeituras, haja vista a queda abrupta na atividade econômica e a baixa perspectiva de recuperação rápida. Verifica-se uma dramática redução na arrecadação do ISS, do IPTU, do ITBI, do ICMS (cota-parte), do IPVA (cota-parte), bem como todos os demais tributos.

Soma-se a isso a incapacidade de municípios emitir dívida, configurando um quadro dramático de pressão sobre os governantes locais.

Além da redução das receitas, a pandemia tem causado aumento significativo das demandas nas áreas de saúde e assistência social, o que faz elevar os gastos dos municípios.

Considerando este quadro crítico para as finanças municipais no corrente ano, propomos, através do presente projeto, que fique suspensa a exigibilidade das contribuições para a Seguridade Social devidas pelos Municípios enquanto durar o estado de calamidade pública. As contribuições que deixarem de ser recolhidas neste ano devem ser pagas em 24 parcelas iguais e sucessivas, a partir de janeiro de 2021.

Dessa forma, não haverá renúncia fiscal ou dano às contas da seguridade social, cujas receitas são vinculadas e protegidas constitucionalmente, mas apenas a dilação do prazo para o seu recolhimento, dando aos entes municipais melhores condições para o enfrentamento da pandemia Covid-19.

Sala da Sessão,

**Senador ROGÉRIO CARVALHO**  
(PT/SE)



SF/20179.74451-14

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1943;5452>
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
  - artigo 22
- Lei nº 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 - Legislação Tributária Federal - 10637/02  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10637>
  - artigo 10
- Lei nº 10.833, de 29 de Dezembro de 2003 - LEI-10833-2003-12-29 - 10833/03  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10833>
  - artigo 11
- Lei nº 13.979 de 06/02/2020 - LEI-13979-2020-02-06 - 13979/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13979>
- Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2158-35-2001-08-24 - 2158-35/01  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2158-35>
  - artigo 18